

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSULTA PRÉVIA

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

“Reformulação de Área de Balneários da Piscina Municipal de Oleiros - Elaboração de Projeto de Execução”

Procedimento n.º: F-04/2025

Data: 29/01/2025

Valor Base: € 32 500,00, acrescido de iva à taxa legal em vigor

Prazo para execução dos serviços: 90 dias

CPV: 71240000-2, Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento

*Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 16º
do CCP - Código dos Contratos Públicos*



Artigo 1.º
Identificação do Concurso

Consulta Prévia n.º F-04/2025, "**Reformulação de Área de Balneários da Piscina Municipal de Oleiros - Elaboração de Projeto de Execução**", que visa a elaboração de projeto de execução da futura obra que prevê uma reorganização funcional dos espaços desta infraestrutura municipal.

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Oleiros, sita na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, com o número de telefone: 272 680 130 de telefax: 272 682 446;

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara.

Artigo 4.º
Tipo de procedimento

A contratação é feita mediante o recurso ao procedimento pré-contratual de Consulta Prévia, ao abrigo da alínea c) do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

Artigo 5.º
Dúvidas, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito e dirigidos ao Júri do Concurso, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito pelo Júri do Concurso, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos previstos no número anterior.

4. Os esclarecimentos e as retificações serão enviadas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> a todos os concorrentes e fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.



Artigo 6.º

Preço base

1. O preço base do concurso é de € 32 500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos euros), acrescido de iva à taxa em vigor.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite;
- b) Proposta de preço e respetivas condições conforme anexo II ao presente convite;
- c) Declaração de inexistência de Impedimentos – CPA (Anexo III)
- d) Declaração com a identificação e qualificação da equipa técnica a afetar à elaboração do projeto.
- e) Certidão permanente da empresa.

2. Nos termos do artigo 58.º, n.º 1, do CCP, todos os documentos apresentados são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;

Artigo 8.º

Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 9.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas no gabinete técnico da Câmara Municipal de Oleiros e serão enviadas conjuntamente com este convite.

Artigo 10.º

Prazo para apresentação das propostas

- 1. A data limite de entrega das propostas termina às 23:59 horas, do sexto dia, a contar da data do envio do presente convite.
- 2. A apresentação das propostas e os documentos que as acompanham deverá ser realizado exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>



Artigo 11.º

Contrato e prestação de caução

O contrato será reduzido a escrito, não sendo exigida a prestação de caução;

Artigo 12.º

Prazo e modo para apresentação dos documentos de habilitação e supressão de irregularidades.

1. Os documentos de habilitação de apresentação obrigatória devem ser entregues no prazo de 5 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação.
2. Caso sejam detetadas irregularidades suscetíveis de correção nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, os mesmos poderão ser supridos no prazo de 5 dias a contar da notificação para esse fim.
3. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.

1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.
2. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP
3. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), preenchimento de declaração feito, através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>, de acordo com os art.ºs 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugadas com as Portarias n.ºs 233/2018, de 21 de agosto e n.º 200/2019, de 28 de junho (Estão dispensadas da apresentação do RCBE as entidades em nome individual);

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é unicamente o do mais baixo preço, visto o caderno de encargos definir todos os aspetos da execução do contrato, sendo apenas submetida à concorrência o preço a pagar pela prestação do serviço.
2. No caso de apresentação de propostas de igual valor pelos concorrentes, o desempate será feito por sorteio na presença dos interessados.

Artigo 15.º



Exclusão de propostas

Consideram-se excluídas as propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70º do CCP;

Artigo 16.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente convite e caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara

(Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques, Dr.)

